



Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545

Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

Anexo VI

DECLARAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS/ PESSOA JURÍDICA

Nova Esperança, ____ de ____ de 2020.

Declaro para os devidos fins, que a empresa _____, e seus representantes legais não incorrem em quaisquer das vedações ou impedimentos descritos abaixo:

- a) Pessoa jurídica com e sem fins lucrativos criadas ou mantidas por empresas ou grupo de empresas.
- b) Pessoas jurídicas que não possuam natureza ou finalidade cultural expressa no estatuto ou contrato social, conforme dispõe o Art. 8º do Decreto federal nº 10.464/2020.
- c) Instituições do "sistema S" (SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEST, SENAT, SEBRAE, SENAR, e outros).
- d) Pessoas jurídicas que possuam dentre os seus dirigentes ou representantes:
 - I. Membro do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau.
 - II. Agentes políticos ou dirigentes de qualquer esfera governamental, bem como seu respectivo cônjuge ou companheiro, assim como parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau.
 - III. Servidor público de órgão ou entidade da Administração Federal, Estadual e Municipal direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau.
 - IV. Pessoas jurídicas de direito público da administração direta ou indireta.



Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545

Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

- V. Membros da Comissão de Seleção ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;
 - VI. Servidores efetivos ou comissionados vinculados à Administração Pública Municipal, bem como de seus cônjuges e parentes até o terceiro grau.
 - VII. Membros ou suplentes do Conselho Municipal de Políticas Culturais, bem como seus cônjuges e parentes até o terceiro grau.
-
- e) Tenham sido declaradas inidôneas ou suspensas por órgãos da Administração Pública, Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.
 - f) Teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos;
 - g) Está submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgão e entidades da esfera de governo da administração pública sancionada e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo.
 - h) Teve contas julgadas irregulares relativas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação em decisão irrecorrível, nos últimos 8 anos.

Assinatura do responsável legal pela instituição